

A realização da pesquisa científica e a escrita de artigos são essenciais na formação de profissionais de saúde?

Are conducting scientific research and writing articles essential in the training of health professionals?

¿La realización de investigaciones científicas y la redacción de artículos son fundamentales en la formación de los profesionales de la salud?

Flávio Takemi Kataoka¹

ORCID: 0000-0001-8899-2187

¹Centro Universitário Vértice.
Minas Gerais, Brasil.

Como citar este artigo:

Kataoka FT. A realização da pesquisa científica e a escrita de artigos são essenciais na formação de profissionais de saúde? Glob Acad Nurs. 2022;3(Spe.2):e270.
<https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200270>

Autor correspondente:

Flávio Takemi Kataoka
E-mail: flavio.kataoka@outlook.com

Editor Chefe: Caroliny dos Santos
Guimarães da Fonseca
Editor Executivo: Kátia dos Santos
Armada de Oliveira
Editor Responsável: Rafael Rodrigues
Polakiewicz

Submissão por convite: 22-08-2022

Existe multiplicidade de visões em relação as competências principais a serem desenvolvidas na formação dos profissionais da saúde. A expectativa da população sobre o perfil dos profissionais é diferente, em alguns aspectos, daquela idealizada por Instituições de Ensino Superior (IES). Da mesma forma, os estudantes podem ter percepções sobre a estrutura curricular, que não são as mesmas dos profissionais em atividade, do mercado de trabalho, das sociedades representativas e conselhos de classe, e as do próprio Estado.

O Conselho Nacional de Educação vem procurando instaurar um diálogo efetivo, articulado e solidário ao aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais, e tenta alinhar as diversidades de pensamentos. Porém, acabam ocorrendo lacunas, que ficam para serem definidas pelas IES em cada projeto pedagógico.

Nas Diretrizes para Cursos de Medicina, a “Promoção do Pensamento Científico e Apoio à Produção de Novos Conhecimentos” encontra-se expressa como uma das ações-chave¹. Entretanto, ao analisar as matrizes curriculares das trezentos e cinquenta e quatro escolas médicas brasileiras, pode observar-se que muitas não possuem disciplinas específicas relacionadas a metodologia científica, a bioestatística, a epidemiologia e a medicina baseada em evidência. Ainda mais raro, tem sido encontrar a obrigatoriedade de um Trabalho de Conclusão de Curso; o que ascende o debate se a realização da pesquisa científica e a escrita de artigos são mesmo essenciais na formação.

Aproximar-se de conhecimentos de ciências da saúde sem uma compreensão do método científico é uma estratégia de aprendizagem, que certamente dificulta aquisição e aplicação. Assim sendo, torna-se improvável que em nenhum momento da graduação os estudantes sejam contextualizados sobre a geração de conhecimentos.

Talvez, o que não esteja claro nos projetos pedagógicos de muitos cursos é a carga horária necessária; e com qual qualidade será a formação em pesquisa? Neste ponto, a relevância atribuída ou não a participação ativa do estudante em projetos de pesquisa torna-se crucial; pois, como considerar algo fundamental e não o tornar uma exigência?

A questão é bem antiga. Em uma pesquisa realizada em uma universidade federal no ano de 2000, observou-se que 90% dos estudantes tinham interesse por pesquisa científica, 97,3% achavam-na importante na formação médica e 95% gostariam de ter realizados trabalhos científicos². Apesar disso, apenas um terço deles já haviam participado de trabalho científico, e somente 7% possuía publicação médico-científica.

No Enade 2007, 39% dos alunos informaram iniciação científica regulamentar em seu curso; 12% declararam existir sem regulamentação e 6,5% informaram a existência de iniciação científica sem integralização curricular; 10,9% disseram que não é oferecida e 31% não souberam opinar³.

Após quinze anos, infelizmente, a realidade não mudou em muitos cursos de medicina no Brasil. A situação ainda é pior em outros cursos da área da saúde, apesar da dedicação de docentes, que defendem a pesquisa na graduação.

Em um estudo sobre a iniciação em pesquisa na enfermagem e a importância da monitoria, os autores destacam o grande potencial da pesquisa em ser um caminho para a autonomia intelectual do estudante, possibilitando exercer a sua criatividade e a construção de raciocínio crítico⁴.

Entre os entraves para tornar a participação em pesquisa componente curricular obrigatório, existe obviamente a dificuldade de financiamento. A falta de priorização dos investimentos para adequar a infraestrutura de laboratórios e garantir a presença no quadro docente, de pesquisadores experientes com tempo dedicado e remunerado para a atividade de iniciação científica é de fato um óbice.

Tal fato, faz com que se dissemine o sensu de que a pesquisa deve ser restrita a pós-graduação; a qual deverá ser a sequência de formação do estudante desejoso em entrar para o mundo da pesquisa. Este pensamento retira o verdadeiro papel da pós-graduação de ser uma etapa de aprimoramento intelectual.

Até o final desse ano, todas as IES no Brasil se preparam para atender as exigências da Resolução n.º 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, sobre a curricularização das atividades de extensão, as quais deverão compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular⁵. Será que não é tempo também de fortalecermos e ampliarmos as discussões sobre a curricularização da Pesquisa? Afinal sempre houve a fala da indissociabilidade da Educação, Pesquisa e Extensão.

Como fiéis à ciência e suas evidências, ficam conclamados os pesquisadores de educação na saúde a efetivarem mais estudos, que corroborem a hipótese: “a participação na pesquisa e a elaboração de artigos científicos na graduação promovem um melhor desempenho estudantil e profissional”. E de preferência, deve-se buscar mensurar a qualidade com que deve participar do currículo, evitando uma determinação empírica, de por exemplo: dez por cento da carga horária.

Referências

1. Ministério da Saúde (BR). Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014.
 2. Oliveira NA, Alves LAL, Maurício R. Iniciação científica na graduação: o que diz o estudante de medicina? *Rev Bras Educ Médica*. 2008;32(3):309-314. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000300005>.
 3. Pereira WF, Petroiane AJ. Interesse de Estudantes de Medicina por Pesquisa Científica. *Rev Bras Educ Médica*. 2000;24(2):09-13. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v24.2-002>.
 4. Silva WBH, Ferreira MA, Lima TA, Machado PRF, Alves RN, Costa CMA, Silva WGR, Machado TO, Mattos CM, Lopes JS. Iniciação em pesquisa científica na enfermagem: a importância da monitoria. *Glob Acad Nurs*. 2021;2(Sup.1):e127. <https://doi.org/10.5935/2675-5602.20200127>
 5. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução CNE/CES n.º7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.
-